

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p><b>PSICO</b></p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-10, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623   ISSN-L: 0103-5371</p>
<p> <a href="http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.40090">http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.40090</a></p>	

SEÇÃO: ARTIGO

## Representações sociais de universitários sobre a não maternidade

*Social representations of university students about non-maternity*

*Representaciones sociales de estudiantes universitarios sobre la no maternidad*

**Ihailana Luize Valongo de Souza<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-4332-5107](https://orcid.org/0000-0003-4332-5107)  
[ihailanaluize@gmail.com](mailto:ihailanaluize@gmail.com)

**Camila de Alencar Pereira<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-8136-5399](https://orcid.org/0000-0002-8136-5399)  
[Camila\\_alencarpereira@hotmail.com](mailto:Camila_alencarpereira@hotmail.com)

**Eldo Lima Leite<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-5152-8353](https://orcid.org/0000-0002-5152-8353)  
[030102965@prof.uninassau.edu.br](mailto:030102965@prof.uninassau.edu.br)

**Recebido em:** 4 fev. 2021.

**Aprovado em:** 24 abr. 2022.

**Publicado em:** 23 out. 2023.

**Resumo:** A maternidade sempre foi socialmente protegida por sua contribuição para a continuidade da organização familiar. Entretanto, devido a prioridades pessoais e/ou profissionais mulheres estão optando por não ter filhos ou adiar a maternidade. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo identificar as representações sociais de universitários sobre a não maternidade. Participaram deste estudo 180 estudantes universitários com média de idade de 28 anos (DP= 9,22), sendo 78,9% do sexo feminino e 21,1% do sexo masculino. Os dados foram coletados por meio de questionário sociodemográfico e entrevista não diretiva, e analisados utilizando os softwares SPSS e IRAMUTEQ, respectivamente. Identificamos que as representações sociais da não maternidade estão fundamentadas nos aspectos biológicos da mulher e nas construções socioculturais de gênero. Além disso, o conhecimento social dos direitos femininos justifica tal decisão. No entanto, a imposição da maternidade ainda é socialmente uma condição feminina.

**Palavras-chave:** mulher, representações sociais, não maternidade

**Abstract:** Motherhood has always been socially protected for contributing to the continuity of family organization. However, due to personal and professional priorities, women are choosing not to have children or to delaying motherhood. Thus, this study aimed to identify the social representations of university students about non-maternity. 180 university students participated in this study, with an average age of 28 years (SD = 9.22); 78.9% were female and 21.1% were male. Data were collected through a sociodemographic questionnaire and a non-directive interview. These were analyzed using the SPSS and IRAMUTEQ softwares, respectively. We identified that the social representations of non-maternity are supported by the biological aspects of women and the socio-cultural construction of gender. However, the social knowledge of women's rights justify such a decision. But the imposition of motherhood is still a social condition for women.

**Keywords:** woman, social representations, not maternity

**Resumen:** La maternidad siempre ha sido protegida socialmente por contribuir a la continuidad de la organización familiar. Sin embargo, por prioridades personales y/o profesionales las mujeres están eligiendo no tener hijos o retrasando la maternidad. Así, esta investigación tuvo como objetivo identificar las representaciones sociales de los estudiantes universitarios sobre la no maternidad. Participaron en este estudio 180 estudiantes universitarios con una edad media de 28 años (DE = 9.22); El 78,9% eran mujeres y el 21,1% hombres. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario sociodemográfico y una entrevista no directiva. Estos fueron analizados utilizando los softwares SPSS e IRAMUTEQ, respectivamente. Identificamos que las representaciones sociales de la no maternidad se sustentan en los aspectos biológicos de la mujer y la construcción sociocultural del género. Sin embargo, el conocimiento social de los derechos de las mujeres justifica tal decisión. Pero la imposición de la maternidad sigue siendo una condición social para las mujeres.

**Palabras clave:** mujer, representaciones sociales, no la maternidad



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Centro Universitário Uninassau, João Pessoa, PB, Brasil.

A família é frequentemente reconhecida como a base da organização social, possuínt de diversas configurações em resposta às exigências sociais. Assim sendo, construir uma família é uma condição social imposta, ou seja, o casal que não tem filhos é socialmente enquadrado como pertencente de uma estrutura familiar incompleta. No entanto, ressalta-se que, mesmo tendo sido tratados como objetos subordinados a figuras relevantes no progresso econômico, mulheres e crianças sempre foram importantes para a manutenção social (Ariès, 1986; Farinha & Scorsoloni-comin, 2018).

Nessa perspectiva, a família sempre foi socialmente protegida – e são os livros de história que transcrevem em seus registros as modificações desta primeira sociedade de todo ser humano. No período medieval, ao completar sete ou nove anos as crianças eram deixadas em casas de estranhos para se tornarem aprendizes – nessa época os serviços domésticos eram uma forma de educação. A família era uma realidade moral e social, afeto entre pais e filhos era algo inaceitável (Ariès, 1986).

Na Idade Média, a Europa foi marcada por casamentos arranjados para manter interesses econômicos e familiares. Tais aspectos reestabeleceram a ausência de afeto entre pais e filhos, pois acreditava-se que existiam problemas mais relevantes a se preocupar, então, mulheres e crianças eram desprezadas e subordinadas ao pai. Dessa forma, a ideia forjada de que filhos atrapalhavam o desenvolvimento da economia familiar tornou a maternidade insignificante e, conseqüentemente, os bebês eram entregues a amas de leite para que estas exercessem a maternação. Este comportamento perdurou em toda Europa por anos e, devido às condições inadequadas desse processo, os números de mortalidade infantil foram alarmantes (Badinter, 1985).

É evidente que a família é uma instituição que acompanha as mudanças socioculturais de cada época e o mesmo acontece com homens e mulheres. Até o século XVIII houve a predominância da teoria do sexo único. Segundo esta hipóte-

se, ambos os sexos se diferenciavam porque a mulher seria um homem menor e a explicação desta inferioridade se baseava na falta de calor durante a gestação de uma menina. Entretanto, a consolidação do capitalismo trouxe consigo modificações sociais: a família nuclear e o lar burguês se tornaram o lugar específico de algumas mulheres. À vista disso, a distinção entre os sexos foi estabelecida e a palavra gênero foi cunhada com base na construção social dos padrões comportamentais de homens e mulheres (Zanello, 2018).

Nessa perspectiva, paradigmas sociais foram estabelecidos para ambos os sexos: o homem deveria ser o provedor do lar e a mulher a esposa zelosa, mãe amorosa e habilidosa. Assim, foi entre os séculos XIX e XX que a maternidade se consolidou e a mulher passou a ser responsável pela educação dos filhos e pela maternação. A maternidade passa então a ser objeto de atenção e valorização social composta por um amor incondicional. Por muito tempo tal circunstância permaneceu como única maneira da mulher se tornar um ser completo e emocionalmente satisfeito (Ariès, 1986; Badinter, 1985).

O amor incondicional surgiu como forma de organizar as sociedades, possibilitando regras comportamentais referentes às mulheres mães. Dessa maneira, as experiências que envolvem a maternidade, estão ajustadas a opiniões enraizadas de que a mesma é um instinto essencial às mulheres, sendo percebido como algo comum em consequência da persuasão do biológico e do mito do amor materno (Farinha et al., 2018; Jesus et al., 2014; Resende, 2017).

De acordo com Badinter (1985), esse "amor forçado" foi a razão causal dos problemas do trabalho feminino, da repulsa e/ou compaixão pelas mulheres que não tinham filhos, da afronta daquelas que não os queriam. Concomitantemente, exaltavam-se as mulheres que desempenhavam a maternação e desaprovavam-se as que não a realizava perfeitamente.

Por ser uma experiência complexa e delicada, a maternidade ainda é vista como um determinismo para todas as mulheres, e o não desejo

de maternidade ainda é estigmatizado, levando as mulheres que assim pensam a serem alvos de críticas. Esta função de gênero socialmente imposta ao feminino está entrelaçada no padrão do amor ideal, sobrecarregando a mulher com obrigações e demandas às quais não pode contestar trazendo-lhe, muitas vezes, sentimentos de aflição. Contudo, na contemporaneidade, as mulheres não se limitam apenas aos papéis que envolvem a maternidade e a prática de tarefas domésticas (Fiorin et al., 2014; Jesus et al., 2014).

A partir da Revolução Industrial, as mulheres foram obrigadas a sair de suas casas para procurar oportunidades que as ajudassem a aumentar a renda familiar. A conciliação entre trabalho e família foi um conflito inerente dessa procura. Com isso, as mulheres foram destacando-se na sociedade por se igualarem aos homens através dos estudos, o que de fato provocou modificações socioculturais causando coincidência aos papéis de gênero dentro das organizações familiares. No entanto, apesar de ainda existir desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a mulher vem se destacando e conquistando o seu espaço na carreira profissional (Reis et al., 2018; Smeha & Calvano, 2017).

Portanto, o papel materno vem se reconfigurando, afinal, envolve características subjetivas e sociais. As exigências da modernidade e as possibilidades de conquistas no trabalho estão afetando a romantização da concepção pois, atualmente, o trabalho é para a mulher uma oportunidade de independência em diversos níveis. Contudo, é também um desafio, uma vez que sua inclusão no mercado de trabalho não a afastou de atividades domiciliares. Com isso, ela está nesses dois âmbitos, muitas vezes, em posição angustiante, uma vez que a maternidade ainda se sobressai sobre os demais papéis (Coutinho & Menandro, 2015).

Nessa perspectiva, entendemos a importância de discutirmos a respeito da maternidade como obrigatoriedade que, na maioria das vezes, persiste sobre o corpo da mulher. Dessa forma, utilizamos a teoria das representações sociais, que são ferramentas fundamentais pelas quais

as pessoas explicam os elementos de seu mundo tornando o não familiar, familiar. Esta teoria está ligada ao fato de atribuir sentido ou significação quando esta não está evidente ou não se encaixa na informação explicitada, contribuindo para compreensão e resolução de problemas no mundo (Medeiros, 2014; Pereira, 2017).

Nesse caso, foi o fim da Segunda Guerra Mundial que impulsionou a expansão dos estudos da psicologia social. O intuito era de entender os fenômenos sociais ocorridos durante esse período, assim, a ciência tornou-se o socorro do mundo. Dessa maneira, o psicólogo social Serge Moscovici começou a questionar a influência da ciência no cotidiano. Logo, sua investigação estava ancorada nas modificações de cognição e comportamento que a ciência causava nas pessoas (Almeida & Santos, 2011).

Destarte, Moscovici tenta redirecionar seu conhecimento sobre o conceito de representações ao buscar apoio na teoria da representação coletiva de Durkheim. Consequentemente, após descobrir que a essência das relações sociais está no senso comum, Moscovici inicia a busca pela explicação do modo individual de pensar por meio do conhecimento científico. É nesse cenário que o senso comum se tornou objeto valorativo de estudo. Contudo, a trajetória da teoria das Representações Sociais foi árdua, pois existia o desejo de superação do ponto de vista individualista da psicologia e do coletivismo da sociologia e da antropologia quando Moscovici precisava do auxílio dessas mesmas ciências para construir sua teoria (Santos & Almeida, 2005).

Para Serge Moscovici, o indivíduo é protagonista no desenvolvimento de atribuição da realidade, pois ele tem a capacidade de modificar e categorizar as informações as quais ele é confrontado em contato com outros indivíduos. Deste modo, as representações sociais são teorias do senso comum que ajudam na interpretação e composição das realidades sociais. Através desta teoria conseguimos identificar como as pessoas enxergam, agem e se posicionam no mundo, sendo uma ferramenta de reconstrução da realidade cotidiana (Chaves & Silva, 2013).

Desse modo, de acordo com Coutinho e Menandro (2015), por muito tempo a sociedade e o próprio ser feminino preservaram os discursos tradicionalistas sobre os papéis da mulher, sendo os principais, cuidar dos filhos, do lar e do marido, ou seja, o de cuidadora. Outro fato merecedor de destaque era a necessidade da mulher de se ajustar à realidade do marido para contribuir com o seu aperfeiçoamento profissional. Entretanto, a ascensão feminina na sociedade e seu caminhar por ambientes antes exclusivos aos homens se tornou oportunidade para mudar esta realidade, já que a partir de então o ser masculino foi constantemente solicitado a auxiliar no âmbito doméstico, porém, as expectativas de gênero impossibilitam esse auxílio.

As atividades econômicas aumentaram nos últimos anos no universo feminino. Este aumento evidencia maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Mas, a execução do trabalho formal e as atividades domésticas demonstram uma desigualdade de papéis enfrentada por mulheres em relação aos homens (Oliveira et al., 2018).

Assim sendo, as representações sociais se fortalecem nos aspectos sócio-históricos e culturais construídos nos processos de interação e comunicação social acerca da realidade de modo que a ancoragem como ferramenta do saber permita a elaboração e a compreensão das representações. Nesse sentido, a identificação das representações sociais se faz essencial porque é construída por processos sociocognitivos que influenciam o cotidiano, assim, é através dela, que entendemos as relações sociais e explicamos determinadas práticas sociais (Medeiros, 2014; Valsiner, 2015).

Nesse contexto, este estudo se diferencia respectivamente por sua relevância em contribuir com a comunidade científica para compreensão deste atual comportamento feminino, bem como incitar reflexões e estimular o desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo esta temática. Amparados na Teoria das Representações Sociais de Moscovici, o objetivo desta pesquisa foi identificar as representações sociais de universitários sobre a não maternidade, haja vista a escassez

de estudos com esse público em relação a esta temática, como também as suas particularidades educacionais.

## Método

O presente estudo consiste em uma pesquisa de campo de cunho descritivo, exploratório e com abordagem qualitativa. Por meio da aplicação de questionário sociodemográfico foram colhidos alguns dados dos participantes com o objetivo de caracterizar o perfil da amostra. Tais dados foram tratados através de estatísticas descritivas, com subsídio do *software* SPSS 21.0.

Para participar da pesquisa era preciso ser estudantes dos cursos de psicologia, serviço social e enfermagem da instituição privada escolhida pelos pesquisadores, independentemente de gênero e ter idade mínima de 18 anos. Ressaltamos que a escolha da instituição e da amostra foi realizada por conveniência.

Para coletar dados que resultassem nas representações sociais em relação à temática da pesquisa utilizamos a pergunta: "O que a sociedade pensa sobre a mulher que não quer ser mãe"? Por meio de entrevista não diretiva, ela foi respondida em um papel que foi entregue aos participantes junto com os demais materiais. Os dados coletados por meio desta ferramenta foram empregados e analisados no *software* IRAMUTEQ a fim de resultar os seguimentos textuais para o desenvolvimento Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Destarte, nas discussões selecionamos falas para exemplificar o conteúdo de cada eixo da CHD, as mesmas foram identificadas através dos resultados apresentados em cada classe no *software* recém-mencionado.

O projeto de pesquisa deste estudo foi submetido a Plataforma Brasil e conseqüente encaminhado para aprovação pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, tendo em vista o envolvimento com seres humanos como determina a Resolução 510/16 do Conselho Nacional da Saúde. Após a aprovação do projeto de pesquisa n. 17128419.2.0000.5178 pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi realizado contato com os participantes (Brasil, 2016).

Na ocasião, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa e apresentadas as duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a preservação da identidade do participante ao publicar os resultados e as demais informações necessárias. Após a explanação e a autorização a partir da assinatura do participante, entregamos aos participantes os materiais supracitados. A partir desse momento, o primeiro instrumento a ser respondido foi a entrevista não diretiva e, em seguida, o questionário sociodemográfico, ambos sob explicação e observação dos pesquisadores.

## Resultados e discussões

### Caracterização da amostra

Participaram deste estudo 180 estudantes universitários, sendo 142 do sexo feminino e 38 do sexo masculino, com idade entre 18 e 63 anos, com média de idade de 28 anos (DP= 9,22). Os dados sociodemográficos da amostra foram descritos por estatísticas, com frequência e porcentagem, podendo ser visualizados na Tabela 1, onde serão destacados os valores de maior e menor frequência.

**Tabela 1** – Características dos participantes da amostra

Dados Sociodemográficos		F	%
Sexo	Feminino	142	78,9
	Masculino	38	21,1
Estado civil	Solteiro	124	68,9
	Casado	39	21,7
	Divorciado	11	6,1
	Viúvo	1	6
	Outros	5	2,8
Religião	Católico	87	48,3
	Evangélico	58	32,2
	Espírita	3	1,7
	Outros	32	17,8
Curso	Psicologia	79	43,9
	Serviço Social	33	18,3
	Enfermagem	68	37,8
Filhos	Sim	119	66,1
	Não	61	33,9

**Fonte:** Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Em consonância com os dados apresentados, destacou-se que 78,9% da amostra foi formada pelo sexo feminino. Constatamos que a maior frequência do sexo feminino na amostra foi ocasionada pela predominância do público feminino nos cursos de psicologia, serviço social e enfermagem. Nessa perspectiva, o sexo masculino teve composição de 21,1% nesta pesquisa. Tal dado nos mostra que há uma inferioridade deste público nos cursos supracitados. Estes cursos são relacionados com o cuidar. Nesse ponto de

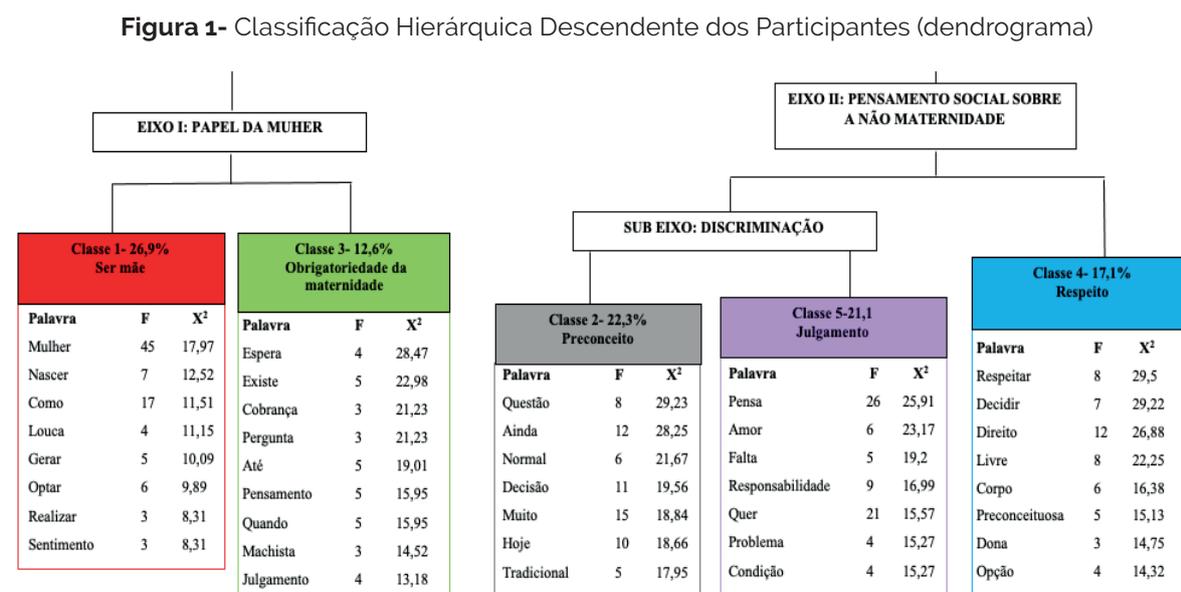
vista, observamos a tendência do ser feminino para desempenhar o papel de cuidadora, algo socialmente esperado de uma mulher (Braga et al., 2018).

Da composição da amostra, percebemos que 68,9% eram solteiros, a maioria dos participantes 48,3% eram católicos, 43,9% cursavam psicologia e 66,1% possuíam filho(s). Ainda, com auxílio do *software* SPSS, notamos que a amostra teve (M= 28,26; DP = 9,22).

## Análises textuais

A partir dos 180 textos analisados, identificamos que o elemento textual se dividiu em cinco classes. A classe 1 foi denominada ser mãe; A classe 2 foi denominada preconceito; A classe 3, obrigatoriedade da maternidade; A classe 4,

respeito; e, a classe 5, julgamento. Dessa forma, segue a figura de Classificação Hierárquica Descendente dos Participantes (dendrograma), que serviu de apoio principal para a discussão das análises textuais (Figura 1):



Fonte: dados da pesquisa

O resultado da análise realizada no *software IRAMUTEQ* empregada no banco de dados encontrou 213 segmentos textuais, sendo 82,16% analisáveis e, portanto, considerados na Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os segmentos foram compostos por 6.668 ocorrências e 733 formas. A análise CHD dividiu o corpus em cinco classes, reproduzindo o dendrograma que pode ser visto na Figura 1. As classes foram nomeadas a partir das palavras mais frequentes e com respaldo no conhecimento teórico. Vale salientar, que esta análise é consequência da aplicação da pergunta: O que a sociedade pensa sobre a mulher que não quer ser mãe?

Ao visualizar a Figura 1 notamos que o *corpus* possui partições que são denominadas de "eixos". O primeiro eixo abrange as classes 1 e 3 e foi denominado de *Eixo 1 – Papel da mulher*. Este remete às funções que são dadas ao objeto estudado, considerando as particularidades do papel materno da mulher. Em seguida, o Eixo 2, intitulado *Pensamento social sobre a não maternidade*

abrange aspectos relacionados à forma como a sociedade lida com o não desejo da maternidade, incluindo desde questões de preconceito a respeito. Nesse eixo tivemos uma subdivisão, na qual a classe 4 se encontra separada das classes 2 e 5, pois estas estão agrupadas em um subeixo denominado Discriminação.

## Eixo 1 – Papel da mulher

### Classe 1 – Ser mãe

A classe 1 é a primeira a ser analisada. Foi nomeada de "Ser mãe". É composta por 26,9% dos segmentos textuais classificados e foi a mais representativa. Esta classe trata do papel da mulher voltado para a maternidade, representada pelos termos: mulher, nascer, como, louca, gerar, optar, realizar e sentimento. Nos *corpus* textuais, os participantes descreveram essa função feminina como natural, evidenciando que a mulher nasceu para desempenhar tal papel, cabendo à

mulher aceitar a sua função de gerar, pois para a sociedade é a partir da maternidade que o ser feminino se realiza. Quando esta opta pelo oposto, é rotulada como louca e sem sentimentos. A seguir, algumas falas exemplificando esta classe:

(...) A sociedade pensa que a mulher é lésbica, ou louca, que a mulher foi feita para ser mãe. (Beatriz, comunicação pessoal, 15 out. 2019).

(...) A sociedade pensa que é algo inadmissível, pois de acordo com uma grande parte a maternidade é um dom divino e este jamais deveria ser negado. A mulher acaba sendo vista como uma mulher fria, solitária e ruim por escolher não ser mãe. (Jonata, comunicação pessoal, 15 out. 2019)

Este resultado pode ser corroborado com o estudo de Vázquez (2014), que retrata a maternidade e o feminismo. Para este autor a maternidade é percebida de diferentes formas, podendo ser abordada como sinal de opressão, de realização ou facilmente uma experiência sociobiológica. Este resultado pode ainda ser confirmado com os escritos de Fiorin et al. (2014) e Jesus et al. (2014), que observaram a maternidade sendo também apresentada como um determinismo a todas as mulheres, estando a apresentação do não desejo da maternidade envolto de estigmas.

### *Classe 3 – Obrigatoriedade da maternidade*

A terceira classe nomeada como "Obrigatoriedade da maternidade", com 12,6% dos segmentos textuais e formada pelos termos: espera, existe, cobrança, pergunta, pensamento, quando, machista, julgamento e casar, traz à tona a obrigação do casamento e da maternidade para com o ser feminino. Esta classe expõe o conservadorismo social, que impõe o casamento, a procriação e o enraizado estigma de que devido a questões biológicas a mulher deve se render à concepção. Assim, para corroborar com os resultados da classe 3, abaixo algumas falas dos participantes:

Existe preconceito, julgamento e até condenação, a sociedade simplesmente acha que ser mãe é um papel indispensável para mulher. (Maria, comunicação pessoal, 16 out. 2019)

Visto que vivemos em uma sociedade machista, os olhos das pessoas para essas mulheres são de preconceito e as mulheres são quase

que obrigadas a serem mãe sem sua vontade. (Ana, comunicação pessoal, 16 out. 2019)

Isto nos remete aos escritos de Badinter (1985), quando a mesma profere, que a obrigatoriedade biológica e o determinismo social nomeou o fenômeno do mito do amor materno, estabelecendo que a mulher é um ser instintivamente maternal. Além do mais, a mulher é um ser persistentemente fadado a capacidade de manifestar o amor, entretanto, como o inconsciente feminino domina abundantemente os seus processos hormonais, existe às diferentes atitudes provocadas nas mães em processo de maternação.

Neste sentido, Smeha e Calvano (2017) apontam, que optar ou não pela maternidade, gera na mulher sentimentos múltiplos, sucedidos de uma vivência particular abarcada por sua história de vida aliada às influências sociais. Desta forma, vale salientar, que mesmo que a ideia da maternidade continue sendo socialmente reforçada, provavelmente algumas mulheres não irão desenvolver a maternação, pois este processo é complexo e cada mulher o elabora de forma diferente, visto que a maternidade provoca mudança na dinâmica familiar, devido as tensões provocadas pela alteração no cotidiano doméstico (Oliveira & Marcondes, 2016).

## **Eixo II – Pensamento social sobre a não maternidade**

### **Subeixo: Discriminação**

#### *Classe 2 – Preconceito*

A segunda classe, localizada no subeixo intitulado "Discriminação", denominada de "Preconceito", apresentou 22,3% dos segmentos textuais, com os termos: questão, ainda, normal, decisão, muito, hoje, e, tradicional. Trata do contexto do pensamento social que envolve a não maternidade, assim, os participantes relataram que a mulher que não quer ser mãe sofre represália pois, para a sociedade, conceber é um presente de Deus, sendo essa ideia propagada desde os primórdios pela comunidade tradicionalista. Nessa lógica,

para consolidar os resultados da classe 2, seguem abaixo algumas falas dos participantes:

(...) Por mais que a sociedade aos poucos venha se atualizando, aceitando determinados acontecimentos, o fato da mulher não querer ser mãe ainda assusta muita gente. (Priscila, comunicação pessoal, 16 out, 2019)

A sociedade ver essa mulher de maneira negativa, a massificação popular acaba obrigando a mulher a ser mãe, esposa, dona de casa, é algo que vem desde os primórdios, ficando mais forte na idade das trevas junto com a força da igreja. (Pércio, comunicação pessoal, 16 out. 2019)

Assim sendo, além de ser algo inerente ao sexo feminino, a maternidade é vista como algo divino. Nessa perspectiva, como retrata Vázquez (2014), a Mariologia, tratando-se da virgem Maria, foi estabelecida por uma determinada igreja como um exemplo de mãe a ser seguido, pois além de reconhecer a dádiva da maternidade, Maria permaneceu calada e admirável mesmo depois da concepção. Tais resultados mostram que hoje a sociedade tem ciência dessa decisão feminina, que chega a ser entendida como normal, mas que a mulher que decide não ter filhos é vista de forma negativa, pois o pensamento conservador ainda é o principal perseguidor da mulher quando se trata deste assunto.

#### Classe 5 – Julgamento

A quinta classe localizada no subeixo Discriminação é nomeada "Julgamento", com 21,1% dos segmentos textuais, formada pelos termos: pensa, amor, falta, responsabilidade, quer, problema e condição. Nota-se, de acordo com a análise textual, que a mulher que não apresenta o desejo da maternidade tem como consequência do seu direito de escolha julgamentos que vão desde a possível tentativa de compreensão da sua escolha, como a situação financeira até dúvidas sobre a orientação sexual. Assim, a seguir, algumas falas que servirão de exemplo para esta classe:

A sociedade pensa que a mulher não quer mais responsabilidade, que a mulher não quer se dispor para cuidar de uma criança, que a mulher não está assumindo o papel dela. (Marta, comunicação pessoal, 20 out. 2019)

A sociedade pensa que ela é de outro gênero e que ela não quer seguir o ideal. (Ricardo, comunicação pessoal, 20 out. 2019)

Nessa perspectiva nota-se, ainda, que a mulher que não apresenta o desejo da maternidade é tachada de fria, irresponsável, egoísta, medrosa e possuente de problemas. Deste ponto de vista, Zanello e Porto (2016), indicam que, no geral, quando uma mulher opta pela não maternidade, é julgada como egoísta, pois além de fazer parte dos aspectos biológicos, a maternidade se manifesta como a completude da mulher.

#### Classe 4 – Respeito

A quarta e última classe pertencente ao Eixo 2, intitulado "Pensamento social sobre a não maternidade", representando 17,1% dos segmentos textuais, é intitulada de "Respeito", e composta pelos termos: respeitar, decidir, direito, livre, corpo, preconceituosa, dona, opção. A mesma mostra que quando se trata da não maternidade, os participantes explicam que a sociedade é preconceituosa, mas tem ciência de que a mulher é dona do seu corpo, livre, possuente de direitos e que deve ser compreendida e respeitada. Abaixo, algumas falas dos participantes:

A sociedade tende a julgar tudo aquilo que crer ser um desejo dos comportamentos ditos como não normativos. Porém, a mulher é dona de seu corpo e ela pode decidir isto. (João, comunicação pessoal, 20 out. 2019)

A sociedade pensa que toda mulher tem que ser mãe, mas ela tem o direito de escolha e tem que ser respeitada por todos. (Mateus, comunicação pessoal, 20 out. 2019)

Diante do exposto, a maternidade e a não maternidade precisam ser compreendidas como escolhas da mulher, não como uma coação pertinente ao sexo feminino (Farinha & Scorsolini-comin, 2018). Nessa perspectiva, a quarta classe nos mostra que, apesar do preconceito e julgamentos envolvendo a não maternidade, atualmente esta decisão feminina está se encaminhando para a compreensão e o respeito.

## Considerações finais

Os resultados desta pesquisa indicam que a mulher ainda é vista como um ser fadado a cuidar do outro, seja como esposa, seja como mãe. Todavia, a mulher começou a almejar o seu lugar na sociedade, mas para isso passou a optar pela não maternidade ou adiando-a, visto que a maternidade pode dificultar a realização de seus desejos pessoais e profissionais. A maternidade continua sendo vista como uma obrigação para as mulheres, e aquelas que escolhem o contrário ainda enfrentam discriminação. No entanto, a sociedade está se tornando mais aberta à ideia de respeitar essa decisão devido ao direito de escolha.

Nessa perspectiva, é evidente que o nosso objetivo foi alcançado, logo, esta pesquisa contribuirá para a comunidade científica e para estudos posteriores envolvendo o ser feminino, sobretudo questões de gênero, sexualidade e maternidade/não maternidade.

Entretanto, vale salientar que 78,9% da amostra deste estudo foi composta pelo sexo feminino, havendo desequilíbrio no público estudado. Assim sendo, esta é uma limitação da nossa pesquisa porque a opinião do público masculino foi minoria. Por isso, sugerimos investigações posteriores com maior número de pessoas desse público. Além disso, a escolaridade e os cursos do público estudado podem ter limitado os resultados, devido à falta particularidades dos diferentes níveis de formação. Dessa forma, indicamos a realização mais estudos com a mesma temática, mas com níveis de escolaridade diferentes.

## Referências

- Almeida, L. M. D., & Santos, M. D. F. D. S. (2011). A teoria das Representações Sociais. In C. V. Torres, & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 287–295). Artmed Editora.
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família* (2. ed.). Guanabara.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Braga, R. C., Miranda, L. H. A., & Veríssimo, J. D. P. C. (2018). Para além da maternidade: as configurações do desejo na mulher contemporânea. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 523–540. <http://200.229.32.43/index.php/pretextos/article/download/15994/13638>
- Chaves, A. M., & Silva, P. D. L. (2013). Representações Sociais. In L. Canino, A. R. R., Torres, M. E. O., Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: Temas e Teorias* (2. ed., pp. 411–464). Technopolitik.
- Coutinho, S. M. D. S., & Menandro, P. R. M. (2015). Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 52–71. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.13538>
- Farinha, A. J. Q., & Comin, F. S. (2018). Relações entre não maternidade e sexualidade feminina: revisão integrativa da literatura científica. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(1), 187–205. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6548876>
- Fiorin, P. C., de Oliveira, C. T., & Dias, A. C. G. (2014). Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(1), 25–35. <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203035764005.pdf>
- Fonseca, M. N. D. A., Rocha, T. S., Cherer, E. D. Q., & Chatelard, D. S. (2018). Ambivalências do ser mãe: um estudo de caso em psicologia hospitalar. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(2), 141–155. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/download/26609/24297>
- Jesus, C. M. S. D., Juca, V. J. D. S., & Barbosa, A. D. S. (2014). Maternidade, sofrimento psíquico e redes sociais. *Rev. Epos*, 5, 191–193. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178700X2014000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178700X2014000200006)
- Medeiros, K. T. (2014). *As mulheres no fenômeno das drogas: Representações sociais de usuárias de crack* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7563>
- Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). *Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Oliveira, G., Senado, A., & Cidadania, E. (2018). Divisão de tarefas domésticas ainda é desigual no Brasil. *Senado Notícias*, 5. [https://jornalempresasenegocios.com.br/PDFs/3628/pagina\\_06\\_ed\\_3628.pdf](https://jornalempresasenegocios.com.br/PDFs/3628/pagina_06_ed_3628.pdf)
- Oliveira, M. C., & Marcondes, G. S. (2016). Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós feminismo. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. (pp. 1–22). ABEP. <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/1313/1277>
- Pereira, C. D. A. (2017). *Representações sociais sobre o abuso sexual infantojuvenil: um estudo com juizes e profissionais psicossociais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12163>

Reis, T. A., Dias, A. S., Oliveira, E. O., Costa, J. A., Cremo-nezi, G. O. G., & Spers, V. R. E. (2018). Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional. *Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)*, 8(3). <https://doi.org/10.20503/recape.v8i3.36820>

Resende, D. K. (2017). Maternidade: uma construção histórica e social. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 2(4), 175-191. <http://200.229.32.55/index.php/pretextos/article/view/15251>

Santos, M. D. F. D. S., & Almeida, L. M. D. (2005). *Diálogos com a teoria da representação social*. Ed. Universitária da UFPE.

Smeha, L., & Calvano, L. (2017). O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. *Psicologia argumento*, 27(58), 207-217. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/download/19849/19151>

Valsiner, J. (2015). Hierarquia de Signos: Representação social no seu contexto dinâmico. In J. C., Jesuino, J. C. Mendes, R. P., Felismina, & M. J. Lopes, *As representações sociais na sociedade em mudança* (pp. 29-58). Vozes.

Vázquez, G. (2014). Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, 3(6), 167-181. <http://www.seer.ufms.br/ojs/index.php/RevTH/article/view/472>

Zanello, V., & Porto, M. (2016). *Aborto e (não) desejo de maternidade (s): questões para a Psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24587>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos. Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

---

### Ihailana Luize Valongo de Souza

Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Uninassau, em João Pessoa, PB, Brasil; com pós-graduação em Terapia Cognitivo Comportamental pela Sanar Saúde, em Salvador, BA, Brasil.

---

### Camila de Alencar Pereira

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; mestre em Psicologia Social pela mesma instituição, em João Pessoa, PB, Brasil. Especialista em avaliação psicológica pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG), em João Pessoa, PB, Brasil. Professora do Centro Universitário Uninassau, em João Pessoa, PB, Brasil; e professora substituta da UFPB, em João Pessoa, PB, Brasil.

---

### Eldo Lima Leite

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; mestre em Psicologia Social pela mesma instituição, em João Pessoa, PB, Brasil.

---

### Endereços para correspondência

*Ihailana Luize Valongo de Souza*

Rua Francisco Lauriano da Silva, 26, Apto 402

Cidade dos Colibris

João Pessoa-PB, 58073206

*Camila de Alencar Pereira*

Av. Governador Flávio Ribeiro Coutinho, 500/ Liv mall, sala 431

Jardim Oceania, 580370-005

João Pessoa, PB, Brasil

*Eldo Lima Leite*

Rua Rosa Lima dos Santos, 64

Jardim Cidade Universitária, 58051-425

João Pessoa, PB, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.*